

INCLUSÃO DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JANAÚBA-MG: UM OLHAR DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Thissiany Danielly Costa Silva

thissiany@hotmail.com

Disciplina – Professor(a)

Resumo

. Todos os indivíduos são diferentes, seja pela situação socioeconômica, raça, condição religiosa, etnia, nacionalidade, física ou psicológica; e iguais em seus direitos, não podendo ser discriminadas por suas características, todos têm direito principalmente a saúde e educação. Como assegurado pelo art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, que afirma: “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Baseados nessas premissas este estudo teve como objetivo verificar as concepções dos professores de Educação Física em relação às dificuldades de inclusão de alunos portadores de Necessidades Especiais nas escolas públicas de Janaúba-MG; este trabalho é de extrema importância quando discutem temáticas que vão de encontro à busca da democratização do acesso a rede pública de ensino, livre de preconceitos, e sendo assegurado ao indivíduo portador de necessidades especiais o acesso igualitário e humano a todos os serviços disponíveis, sendo todos estes direitos assegurados pela Constituição Brasileira. Participaram desse estudo 35 professores de Educação Física da Cidade de Janaúba, os dados foram coletados através de um questionário contendo perguntas fechadas. Concluímos que existe uma demanda crescente de alunos com NEE nas escolas, suas maiores dificuldades são a falta de estrutura e de materiais para trabalhar são os maiores empecilhos para se realizar um trabalho mais qualificado. Quanto ao processo de inclusão o descaso das entidades governamentais é o maior obstáculo para que este processo se consolide.

Palavras Chaves: Portadores de necessidades especiais, Inclusão, Educação Física.

1. Introdução

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2000), 24,5 milhões de pessoas no Brasil tem algum tipo de deficiência, sendo destas, 48% tem deficiência visual, 27% tem deficiência física, 8,3% deficiência mental. Ainda segundo a Organização das Nações Unidas (ONU-2013) aponta que no mundo, mais de 650 milhões de pessoas no mundo tem alguma deficiência, o que corresponde a aproximadamente 10% da população. Destes, 30% são meninos de rua, em países desenvolvidos 90% não frequentam escola.

Todos os indivíduos são diferentes, seja pela situação socioeconômica, raça, condição religiosa, etnia, nacionalidade, física ou psicológica; e iguais em seus direitos, não podendo ser discriminadas por suas características, todos têm direito principalmente a saúde e educação. Como assegurado pelo art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, que afirma: “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

Em vários estudos é abordada a temática referente à inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas. Tendo em vista que, todo indivíduo deve ter o acesso à

saúde e educação, que são condições essenciais pela vida humana, sendo dever do governo em proporcionar isto para os indivíduos. Para Santos *et al.*, (2010) a educação contribui para a formação dos princípios morais e sociais dos indivíduos, sendo assim as instituições educacionais deve primar pela igualdade e não discriminação, ensino com qualidade para com todos os seres que compõe a sociedade. No que concerne ao processo de desenvolvimento do aluno portador de necessidades especiais, os mesmos devem receber mais oportunidades e estímulos no processo ensino-aprendizagem ao qual serão submetidas, com especial atenção à adequação didático-pedagógica da intervenção proposta.

Para Venturini *et al.* (2010) a Educação Física contribui para o desenvolvimento do afetivo, social, e intelectual de alunos com deficiência, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e a autoconfiança mais evidente e assim não há desigualdade. A adequação correta da Educação Física para alunos deficientes evidencia a compreensão de limitações e capacidades, estimulando o desempenho do aluno. É essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial, se houver, pois atualmente esta disciplina não trabalha apenas com alunos ditos normais, mas também frisa a importância da prática inclusiva de alunos especiais em suas aulas.

Para Rodrigues (2003), a Educação Física seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos; por permitir ampla participação mesmo de alunos que apresentem dificuldades; pelos professores desenvolverem atitudes mais positivas perante os alunos que os demais membros do corpo docente. Para o autor, geralmente os professores de Educação Física são conotados como profissionais que apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, levantam menos problemas e com maior facilidade encontram soluções para casos difíceis.

Assim sendo a escolha desta temática chamou a atenção, pois existem vários fatores que dificultam a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas no cenário educacional atual, sendo que Cruz, Razente e Mangabeira (2003) destacam que a todos os alunos devem ser assegurados o direito à educação, a despeito da diversidade refletida em suas demandas educacionais específicas. Todos os indivíduos, independente de apresentarem ou não necessidades educacionais especiais, vivenciam um processo de desenvolvimento. Além disto, o profissional de Educação Física pode ser um facilitador neste processo de inclusão, pois possuem maior facilidade, atitude e ter uma grade curricular mais flexível com seus conteúdos. É perceptível que na atualidade tem se debatido cada vez mais a problemática da inclusão social, principalmente quando se trata de pessoas portadoras de necessidades especiais. Um dos principais preceitos do SUS (Sistema Único de Saúde) é a promoção da saúde e a equidade, que é a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças. E um dos direitos do ser humano é a oferta de uma Educação de qualidade e igualitária.

Diante dessa premissa ao objetivar nesse estudo discutir e mostrar a relevância da temática no momento atual da educação, essa pesquisa assume um caráter de importância e relevância no curso de Educação Física, uma vez que a prática de Educação Física Escolar qualificada, pode trazer melhoras no padrão de saúde e inserção no convívio social. Por conseguinte, um dos embates da atualidade é a diminuição do preconceito.

Portanto este trabalho é de extrema importância quando discutem temáticas que vão de encontro à busca da democratização do acesso a rede pública de ensino, livre de preconceitos, e sendo assegurado ao individuo portador de necessidades especiais o acesso igualitário e humano a todos os serviços disponíveis, sendo todos estes direitos assegurados pela Constituição Brasileira.

Vale ressaltar uma motivação pessoal em debater e discutir sobre a inclusão mediante o tamanho das discussões e o espaço que essa temática tem garantido no meio acadêmico principalmente nos cursos de licenciatura. Objetivou-se nesse estudo verificar as

concepções dos professores de Educação Física em relação às dificuldades de inclusão de alunos portadores de Necessidades Especiais nas escolas públicas de Janaúba-MG;

2. Referencial teórico

Portadores de Necessidades Especiais: aspectos conceituais e epidemiológicos

Ao começar um debate acerca dos portadores de necessidades especiais, inicialmente deve se atribuir conceitos acerca dessa temática, nesse viés temos a Organização Mundial da Saúde – OMS citada por Carvalho (2003, p. 19), conceituando os seguintes termos:

- Deficiência - é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.
- Incapacidade - é toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar atividades na forma ou na medida que se considera normal para o ser humano.
- Impedimento - é situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais).

A pessoa portadora de Necessidades Especiais é considerado pela população como aquela incapaz de realizar as atividades da vida diária. Além de suas limitações sejam elas físicas, orgânicas, mentais ou sociais, de caráter aguda ou crônica, os mesmos necessitam somente de profissionais capacitados para atende-los, mas em nenhuma hipótese trata-los como um ser incapaz (PERES, PERES, SILVA, 2005).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2000), 24,5 milhões de pessoas no Brasil tem algum tipo de deficiência, sendo destas, 48% tem deficiência visual, 27% tem deficiência física, 8,3% deficiência mental. Ainda segundo a Organização das Nações Unidas (ONU-2013) aponta que no mundo, mais de 650 milhões de pessoas no mundo tem alguma deficiência, o que corresponde a aproximadamente 10% da população. Destes, 30% são meninos de rua, em países desenvolvidos 90% não freqüentam escola.

Pucca (2006) proferi que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 10% da população de qualquer país seja constituída de pessoas com algum tipo de deficiência, taxa que tem sido reconhecida mundialmente como o melhor referencial para a implementação de políticas públicas para a equiparação de oportunidades a essas pessoas.

No Brasil, pelos dados da OMS e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo de 2000, havia 14,5% de pessoas com deficiência (24,5 milhões), do total de 174 milhões de habitantes. Os dados foram apresentados por tipo de deficiência (visual – 16.644.842; motora – 7.939.784; auditiva – 5.735.099; mental – 2.844.936; física – 1.416.060), ressaltando que o número de deficiências (34.580.721) é maior do que o de PNE (24.600.256) uma vez que as pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez (CDIPD, 2006).

Em 2000, pelo Projeto de Lei nº. 3638-A, de 9 de outubro, foi instituído o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais que resgata a evolução política em relação ao tema e que se caracteriza como uma inovação resultante do vetor de inserção social como direito de cidadania, diferentemente de uma postura assistencialista e discriminatória. O referido projeto vem propor o desenvolvimento de ações que assegurem a plena inclusão das pessoas com deficiência no contexto socioeconômico e cultural. Na saúde garante tratamento e reabilitação

dessas pessoas na rede pública, bem como a realização de programas preventivos (BREGANTINI, 2002).

Ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência encontramos uma variedade de termos que foram se ressignificando ao longo dos anos. “Inválidos”, “incapacitados”, “defeituosos”, “excepcionais” são alguns exemplos de termos atribuídos às pessoas com deficiência em diferentes épocas da nossa sociedade. Os termos são considerados corretos em função de valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época, portanto, os termos acima citados foram aceitos, usados e, em dados momentos da história, substituídos. No estudo da evolução histórica sobre o conceito da deficiência encontramos, em 1980, a Organização Mundial de Saúde que propõe a utilização da CIDID (Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens) (Handicaps) com intuito de organizar uma linguagem universal a respeito das deficiências.

A implementação de uma nova terminologia, “pessoas deficientes” passou a atribuir o valor de pessoa a aqueles que até então eram desconsiderados como tais pela sociedade. A revisão dessas nominatas teve a preocupação de centrar-se na pessoa e não na deficiência.

Processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede pública

Um dos principais desafios na atualidade é a inclusão de forma ideal da pessoa portadora de necessidades especiais na rede de ensino pública, devido a falta de profissionais capacitados para realizar estas atividades, ou seja, tem que implantar um modelo de pedagogia centrada na necessidade na criança, capaz de educar sem discriminação e nem preconceito (CRUZ E NETO, 2009).

Os indivíduos são diferentes em todos os aspectos, desde a renda até a religião, mas um dos direitos dos seres humanos é o acesso igualitário a área de ensino. Como assegurado pelo Art. 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, que afirma: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (VADE MECUM, 2009, p. 1422).

A Declaração da Salamanca de 1994, é um dos documentos referentes a inclusão social mais importantes em todo o mundo, uma vez faz referência ao acesso a toda a população ao sistema de educação de qualidade e voltado para a inclusão do portador de necessidades especiais. Sendo assim as escolas tem por obrigação saber educar a todos independente de suas necessidades (SANTOS *et al.*, 2010). O autor ainda afirma que um dos ideais da igualdade dos seres humanos é a inclusão de pessoas com necessidades especiais em todos os âmbitos da vida, principalmente na área educacional. A inclusão nas escolas tem fundamental importância, pois nesse local inicia-se a formulação de conceitos e idéias, sendo necessária a igualdade de ensino a todos

Olhando para o princípio de igualdade, a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, promulgada pelo decreto nº 3956 de 08 de outubro de 2001, afirma:

[...] As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano [...] (VADE MECUM, 2009).

Oliveira (2002) diz que a educação inclusiva se caracteriza como processo de incluir os portadores de necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus, pois nem sempre a criança que é portadora de necessidades especiais (deficiente), apresenta distúrbio de aprendizagem, ou vice versa, então todos esses alunos são considerados portadores de necessidades educativas especiais.

Para essas crianças é necessário que se desenvolva uma prática educacional mais específica no sentido de ampliar as suas capacidades. Para cada deficiência é enfatizado um tipo de cuidado no trabalho educativo. As crianças com deficiências receptivas ou sensoriais que é o caso dos deficientes auditivos e visuais devem ser educados com mais atenção, para que não haja alteração na sua aprendizagem, é importante distinguir nesta deficiência até que ponto ela irá interferir na aprendizagem ou não. Já a portadora de deficiência integrativa ou intelectual, que é o caso da deficiência mental, que é uma lesão cerebral e pode ser dividida em mínima, ligeira ou severa; a dificuldade de aprendizagem são problemas que irão levar essas crianças a terem um desajuste na aprendizagem. A deficiência expressiva é aquela que se limitam as áreas motoras e verbais, enquanto a área motora afeta as praias global e fina, na área verbal há uma falta de conduta motora quanto ao aparelho fonador, esta multideficiência resulta da paralisia e descoordenação dos centros motores cerebrais, causando assim problemas de comportamento e aprendizagem. (OLIVEIRA, 2002)

Oliveira, (2002) cita sobre a escolas inclusivas para todos, o trecho da Declaração de Salamanca diz que: “O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devem atender devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer a necessidade diversa dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.”

De acordo com Aguiar e Duarte (2005) citado por Filho, (2009) relata que o paradigma da escola inclusiva pressupõe uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos, em escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem sócio-econômica, étnica ou cultural.

Filho, (2009) afirma que em uma escola inclusiva, o processo educativo é visto como um processo social, no qual as crianças com deficiências e distúrbios de aprendizagem devem ter acesso à escolarização o mais próxima possível do ‘normal’. O objetivo dessa escola é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo, sendo o seu processo de ensino-aprendizagem adequado às necessidades de cada criança.

A escola inclusiva precisa estabelecer uma nova infraestrutura de serviços, onde ela gradativamente irá criando uma rede de suporte para a superação das maiores dificuldades do deficiente. Para isto, ela precisa também de um ambiente educacional flexível, que vise o processo de aprendizagem das pessoas com deficiências. A autora não deixa de frisar a importância da parceria da escola inclusiva com os pais, uma vez que os consideram parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola. Outro aspecto ao qual a escola que pretende ser inclusiva deve estar atenta é ao que diz respeito às formas de avaliação da aprendizagem. Modelos tradicionais e antiquados de avaliação não podem ser utilizados com os alunos portadores de deficiência, pois suas diferenças precisam ser consideradas nesse processo. (FILHO, 2009).

Nesse contexto, ao abordar essa inclusão na escola e em função dos objetivos desse trabalho, precisamos evidenciar a Educação Física e sua relação com a inclusão dos portadores de necessidades especiais.

A Educação Física escolar, até décadas atrás apresentava um modelo em que o físico (corpo), a aptidão física e desempenho eram o mais importante, desprezando muitas vezes os aspectos sociais, cognitivos e afetivos. O relevante dentro das aulas de Educação Física escolar era o Esporte-Rendimento, ou seja, o aluno deveria apresentar um bom desempenho e habilidades não só nas aulas, mas também nos jogos e em determinadas modalidades esportivas, levando o aluno a ser quase um atleta. Com os avanços teóricos na Educação, e também na Educação Física, novas abordagens vêm surgindo, e a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, vêm contribuindo para levar a disciplina a um lugar de destaque na “formação de cidadãos críticos, participativos e com responsabilidades sociais”. (OLIVEIRA, 2002).

Segundo os PCNs, que é um documento que traz subsídios para os profissionais da área de Educação Física, onde a proposta curricular é incluir os temas transversais nas aulas, que são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Orientação para Trabalho e Consumo, o professor deve estimular uma reflexão, e assim contribuir para uma visão crítica da disciplina dentro do meio social, assim sendo a Educação Física reflete uma mudança no seu objetivo onde um deles é formar cidadãos e não formar atletas, tendo visto que um de seus principais objetivos no ensino fundamental é que os alunos sejam capazes de: participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características, físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características, pessoais, físicas, sexuais ou sociais.

Dificuldades das escolas municipais no processo de inclusão dos alunos com Necessidades Especiais

Santos et al., (2010) mostra que a inclusão de pessoas com necessidades especiais é discutida em todos os âmbitos da sociedade, porém é indispensável que se estude sobre a inclusão nas escolas. Visto que incluir é um processo e ele apenas começou em nossa sociedade. A educação contribui para a formação dos princípios morais e sociais dos indivíduos, sendo assim as instituições educacionais deve primar pela igualdade e não discriminação, ensino com qualidade para com todos os seres que compõe a sociedade.

A escola, no contexto inclusivo, precisa ser vista como um ambiente social que pense a educação como um ato também político, além de pedagógico, que valoriza as pessoas como ser social e histórico e que vê seus alunos como sujeitos da própria aprendizagem e capazes de repensar tais aprendizagens de modo crítico e reflexivo (CARVALHO, 2004).

As escolas das redes de ensino públicas disponíveis em todo o país são igualitárias e devem garantir ao aluno acesso de qualidade. Desta forma, é necessário a capacitação de todos os educadores, uma vez que estão constantemente ligados a estes alunos, promovendo a socialização, além de atendimento educacional especializado (SANTOS *et al*, 2010).

Considerando o que diz Mantoan (2003, p.7): ” A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.”

Segundo Carvalho (2004) a falta de apoio do governo, principalmente com relação ao repasse de recursos, são uma das maiores dificuldades do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais às práticas educativas especializadas, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2006, na perspectiva da educação inclusiva, define que as

instituições de ensino devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade, e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Silva, Gonçalves e Alvarenga (2012) uma das questões mais difíceis de ser abordadas e são consideradas por muitos como a mais polêmica é a Inclusão Social, devido ao grande preconceito da população e professores sem qualificação. Em plena modernidade não é admissível este tipo de barreira que é imposta.

Florêncio (2010) proferiu que a escola está disposta a oferecer um ensino de qualidade, buscando aos poucos novos métodos de ensino e avaliação, mas ainda está em processo de adaptações, e apresenta bastante dificuldades para isto. Sendo assim, as escolas necessitam de profissionais qualificados tanto para realizar trabalhos pedagógicos com estes alunos, quanto para fazer as devidas alterações no currículo escolar.

Florêncio (2010) destaca também outro fator que impede que a inclusão se torne um processo mais completo: a falta de acesso às leis que dão o suporte às instituições e familiares, oferecendo argumentos que os auxiliem na busca por direitos sociais de todos os alunos, igualmente. Todas essas circunstâncias acabam transformando o processo de inclusão em um processo marginal, em que se insere o aluno na classe comum, mas não se faz adaptações necessárias para oferecer qualidade de vida e aprendizado.

Para que a inclusão seja de fato efetivada é necessário que os sistemas educacionais quebrem paradigmas. Segundo Moreno (2009) “[...] os sistemas educacionais concentra a educação no aprendiz, na qual favorece parte desses alunos levando em consideração seu potencial”.

As dificuldades encontradas nos ambientes escolares vão desde as péssimas condições das estruturas físicas das instituições, sabe-se que essas escolas foram construídas para uma sociedade cheia de barreiras de preconceitos o que dificulta fazer adaptações necessárias. A falta de formação dos professores também tem sido fator que dificulta a aprendizagem e adaptação das crianças com necessidades especiais nas escolas comuns, além do que são poucos os docentes que atuam nessa área da educação e muitos não querem trabalhar com crianças deficientes alguns por medo, receio, preconceito, falta de entusiasmo, baixos salários, além disso, os professores que estão na sala de aula não foram preparados para realizar esse tipo de atividade, o que os coloca em posição desconfortável e conseqüentemente prejudica o processo de inclusão escolar e de aprendizagem dos alunos, eles foram formados em um momento em que não havia esperança para essas pessoas, elas estavam as margens social (BRAGA, 2012).

3. Materiais e Métodos

Esta pesquisa é caracterizada como direta de campo, com análise descritiva, de caráter quantitativo e de corte transversal.

A população foi constituída por professores de Educação Física das escolas públicas do município de Janaúba- MG.

A amostra foi constituída por 35 professores de Educação Física da rede pública de ensino da cidade de Janaúba, sendo 18 do sexo masculino e 17 do sexo feminino, com idade entre 24 a 53 anos.

Para esse estudo foi utilizado um questionário semi-estruturado contendo perguntas fechadas, que foi aplicado pessoalmente aos professores.

após questionar à literatura, foi realizada uma pesquisa de campo com os professores, esses foram abordados na escola e esclarecidos a respeito da pesquisa, logo após assinaram o termo de consentimento e foi aplicado aos professores um questionário com perguntas fechadas onde eles puderam patentear suas opiniões.

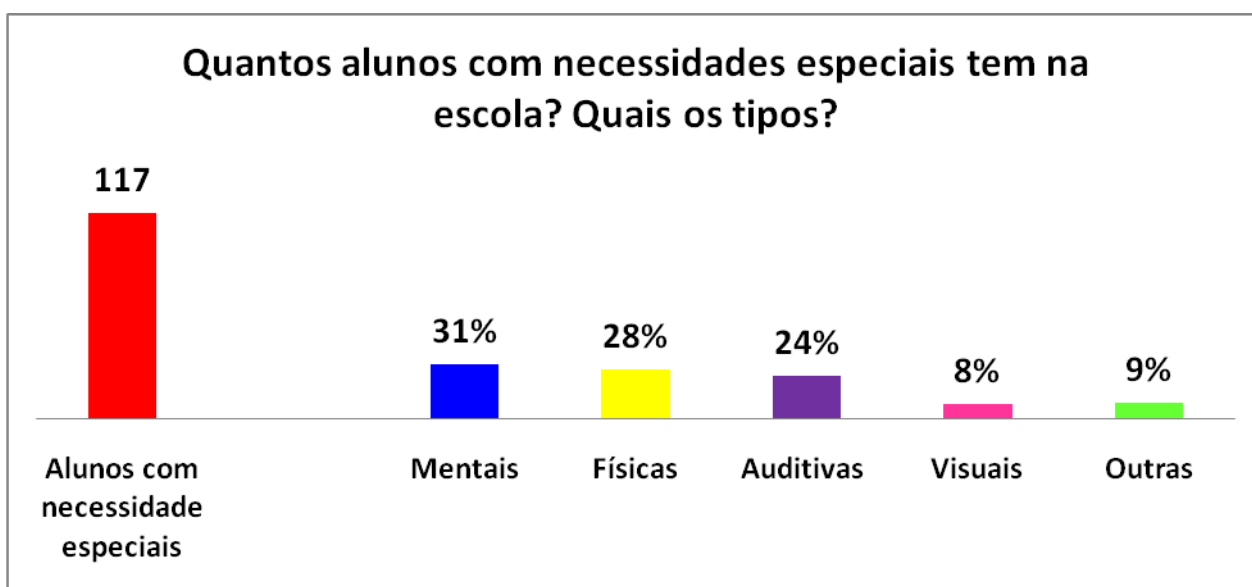
Todos os dados coletados foram lançados em planilhas no Software Microsoft Excel 2007 para criação dos gráficos de onde foram formatados os resultados para as discussões e conclusões do trabalho.

Os professores foram orientados que teriam sua identidade preservada de forma que os resultados obtidos na pesquisa não iriam comprometer o seu trabalho, que os resultados somente iriam ser utilizados para fins científicos, evitando assim, qualquer tipo de constrangimento conforme resolução 196/ 96, que regulamenta pesquisa com seres humanos.

4. Resultados e discussão

Para melhor entendimento dos resultados optou-se por apresentá-los em gráficos.

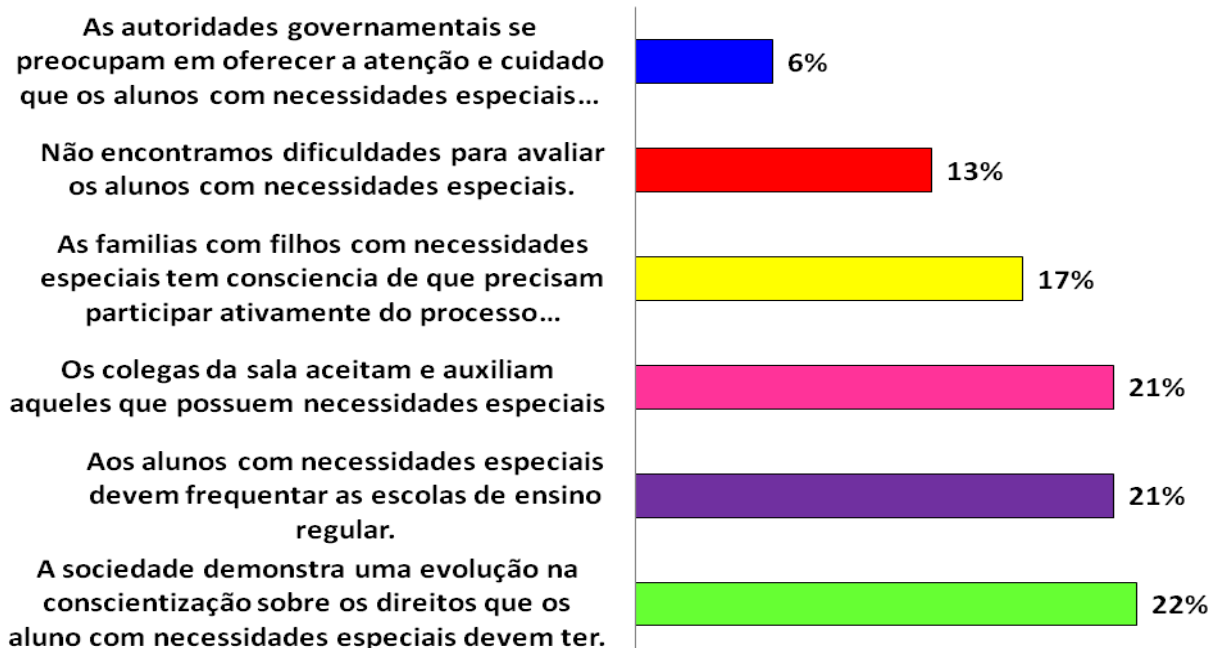
Gráfico 01: Caracterização dos alunos com deficiência



O gráfico 01 trata da quantidade de alunos com necessidades especiais dentro das escolas pesquisadas, o qual foi um total de 117. Dados do Censo Escolar (Portal Brasil-publicado: 23/03/2015 10h32) de 2014 indicam crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns. Em 1998, cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% delas em turmas comuns. Podemos perceber que há um equilíbrio quantitativo nas necessidades especiais mentais (31%) , físicas (28%) e auditivas (24%) .

Gráfico 02: Caracterização do processo de inclusão

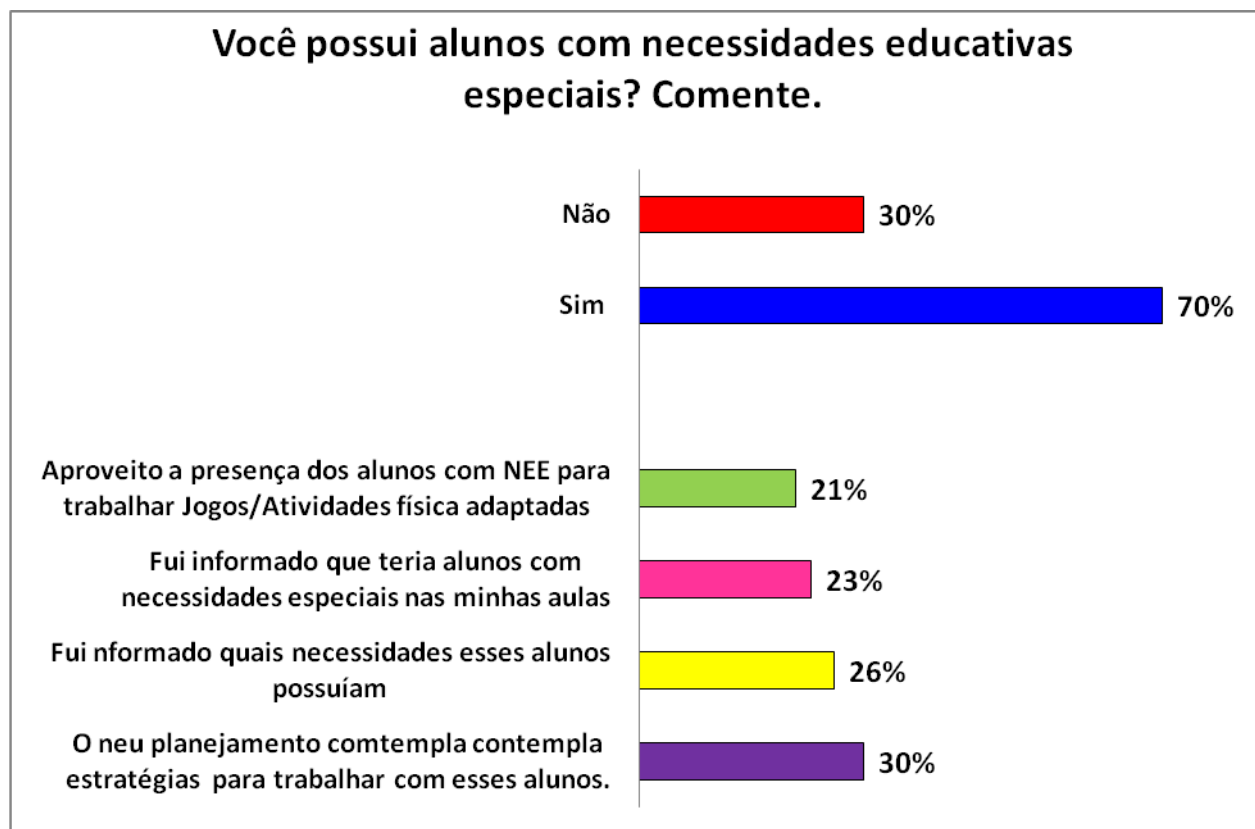
Caracterização do processo de inclusão.



Sasaki (1998,p.9) explicita o paradigma da inclusão: ... Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas,mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas),mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). A citação colocada acima retrata o que se visualiza no gráfico 02, ou seja um equilíbrio nas respostas analisadas. Vale ressaltar que os entrevistados colocam ainda que o apoio das autoridades deixam a desejar, pois for o menor índice nesta questão na caracterização do processo de inclusão.

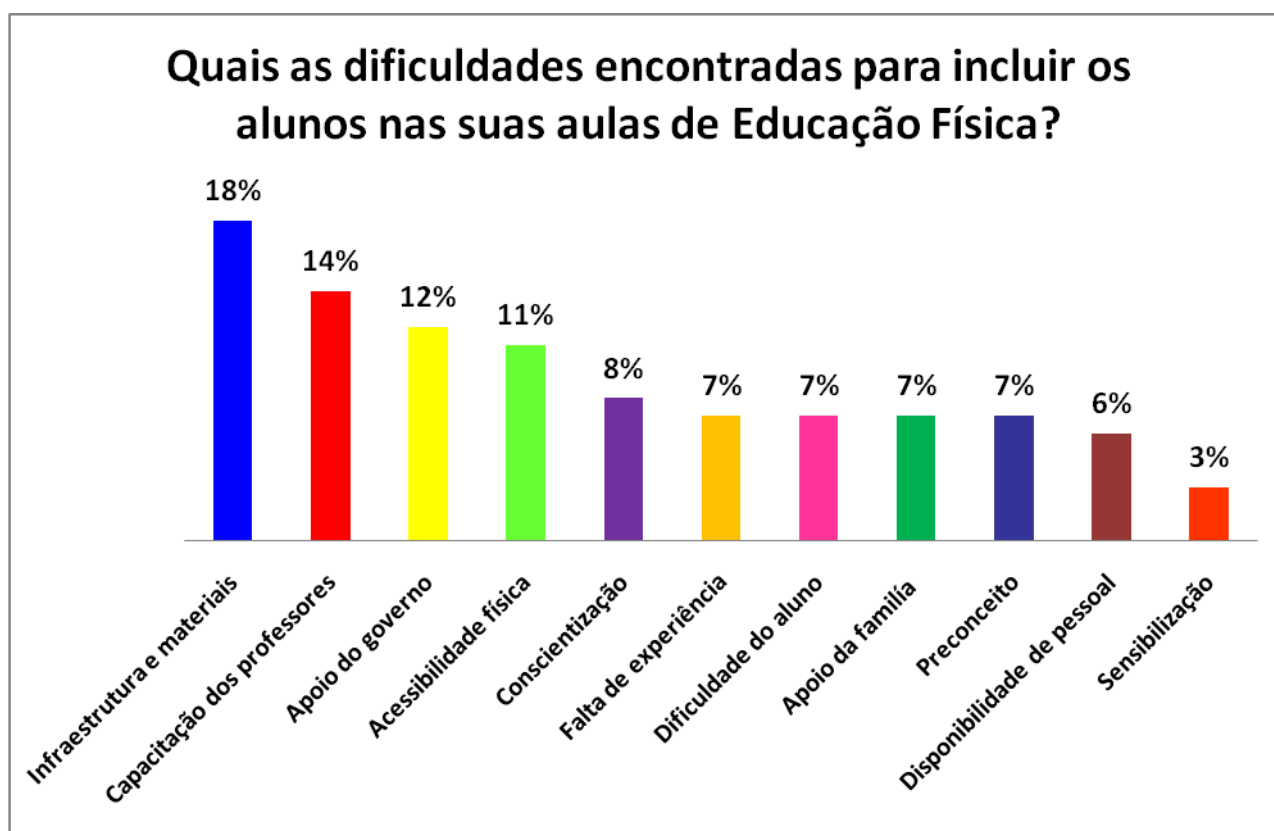
Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva,os sistemas educacionais devem assumir que "as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem" (BRASIL,1994, p. 4).

Gráfico 03: Caracterização das aulas de Educação Física



De acordo com o gráfico 03, 70% dos entrevistados declararam que possuem alunos com NEE nas suas aulas. Novamente percebemos um equilíbrio nas respostas dos entrevistados nas suas respostas, ficando evidente que os professores encontram formas de promover a inclusão dos seus alunos no planejamento das suas atividades e adaptando jogos. Os mesmos ainda relatam que foram informados sobre estes alunos. O Decreto nº 5.296/2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, facilitando sua independência e transformando-se em um compromisso ético-político. Entendemos que a escola deve oferecer espaço físico adaptado para a realização das atividades escolares, com total acessibilidade, segundo a legislação e oferecendo os Subsídios para Elaboração de Projetos e Adequação de Edificações Escolares do FUNDESCOLA. Sabemos que o espaço escolar não está preparado para atender a todas as especificidades.

Gráfico 04: Caracterização das dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física



O gráfico 04 das dificuldades para se incluir os alunos com NEE nas aulas de Educação Física. Entendemos que o Projeto Político Pedagógico deve contemplar nas suas diretrizes adaptações físicas no prédio escolar e nas áreas livres, adaptações na sala de aula e no mobiliário, adequações curriculares e recursos pedagógicos que permitam ao aluno acompanhar o desenvolvimento do currículo, de forma satisfatória. A infra estrutura e materiais adequados aparece em primeiro planos dentre as dificuldades, assim como a falta de capacidade para trabalhar com estes alunos. Segundo Paulo Freire, "ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo" (FREIRE,1999, p.11 O).O ato de ensinar é, portanto, político social, científico e técnico, refletindo necessidades e expectativas de uma escola para todos. Sendo assim, cabe a todos os envolvidos no processo de educação procurar se adequar para atender aos anseios e necessidades não somente das maiorias, mas também das minorias, neste caso os alunos com NEE.

Considerações Finais

O Processo de ensino e a prática docente nos remete a avaliações diárias e profundas. E os métodos utilizados devem acompanhar o perfil de cada um dos alunos, assim nos orienta Paulo Freire. Portanto esta pesquisa na sua essência buscou analisar e discutir o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede pública de ensino na cidade de Janaúba MG. Sendo assim pudemos concluir que há uma demanda crescente de alunos com NEE matriculados nestas escolas (117 matriculados) e que há um equilíbrio nos percentuais dessas necessidades, mentais(31%), físicas (28%) e auditivas (24%).

Através das respostas dos professores pudemos concluir que dentre as maiores dificuldades que os mesmos encontram, a falta de estrutura e de materiais para trabalhar são os maiores empecilhos para se realizar um trabalho mais qualificado.

Quanto ao processo de inclusão o descaso (6%) das entidades governamentais é o maior obstáculo para que este processo se consolide. Percepção demonstrada na falta de estrutura física das escolas, como foi colocado pelos professores.

Concluimos esta pesquisa ciente de que este debate deve extrapolar os muros das escolas e se consolidar nos meios governamentais através do cumprimento de legislações já existente e atualizar aquelas que forem necessárias. Sugerimos ainda que o Projeto Político Pedagógico seja uma ferramenta de apoio aos alunos com NEE, fazendo parcerias com as escolas da Rede Federal Tecnológica (CEFETS e ETF), Sistema "S" (SENAI, SENAC e SESC), além de outras instituições e IES (Instituições de Ensino Superior), no sentido de criar, aprimorar e avaliar tecnologias que auxiliem o desempenho educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física.

Referências

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 2, 2005.

BRAGA, Sheila Mayzanyela da R. Educação Especial: As Dificuldades Encontradas no Ambiente Escolar para a Inclusão. **Só pedagogia**, 2012

BRASIL. **Decreto- nº 5.296, de 2004**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Minas Gerais. **Inclusão escolar do aluno com deficiência na rede regular de ensino**. Belo Horizonte: CEAf, CAOPPDI, 2007.

BREGANTINI, E.C. Pessoa com deficiência: o respeito às diferenças. **Ser Médico**. v.4, n.20, p.32-33, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social. Caderno**. São Paulo: Capacitação Solidária, 2003.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

CASSALES, Lisiane Weigert; LOVATO, Miriane Alves; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **A inclusão de alunos especiais e suas famílias no ensino regular na perspectiva dos professores**. IV Jornada de pesquisa em psicologia desafios atuais nas praticas da psicologia UNISC, Santa Catarina, 2011.

CHATEAU, Lilian Fernanda Araya *et al*. A associação da expressão necessidades especiais ao conceito de deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.12, n.1, p. 65-71, 2012.

CRUZ, G. C; RAZENTE, D. M. R; MANGABEIRA, E. M. C. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jul.-Dez. v.9, n.2, p.211-226, 2003.

CRUZ, Marlon Messias Santana; NETO, João Narciso Barbosa. Educação física para pessoas com deficiência: concepções e críticas. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.13, n.128, 2009.

CURY, C.R.J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educ Rev.** v. 48, n.1, p.207-222, 2008.

FILHO, Mauro Lúcio Mazini. **A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência.** 2009. Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - N° 139. Disponível: <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>.

FLORENCIO, Josilene Quadros. **Os avanços e as dificuldades da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais.** 43p. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do sul, FAGED/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (Org.). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** Barueri: Manole, 2005.

HERRERO, M. J. P. **Educação de alunos com necessidades especiais.** Bauru/SP: EDUSC, 2000.

IBGE. **Área territorial oficial** Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Minas Gerais: IBGE, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

JUNIOR, Ricardo Luiz Pace *et al.* A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência. **Revista Digital, Buenos Aires, v.14, n.139, 2009.**

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Porque? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** 2007. Disponível: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, C.A et al. A década de 1960: a realidade da educação especial no Brasil. **Temas Desenvolv.** São Paulo, v.11, n.66, p.19-26, 2003.

MARQUES, C.A et al. A década de 1960: a realidade da educação especial no Brasil. **Temas Desenvolv.** São Paulo, v.11, n.66, p.19-26, 2003.

MARQUES; Marta Nascimento; KRUG; Marília de Rosso. **Educação física escolar: expectativas, importância e objetivos.** 2003. Matéria pública no site <http://www.efdeportes.com/efd122/educacao-fisica-escolar-expectativas-importancia-e-objetivos.htm>.

MORENO, Patrícia Cândido. **As Dificuldades da Escola Perante a Inclusão Escolar. Só pedagogia,** v.2, n.1, 2009.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar.** 2002 .

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: pioneira Thomsom Learning, 2002.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. **Percentagem de deficientes no mundo.** 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

Parâmetros curriculares nacionais : **Educação física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 96p.

PERES, A.S; PERES, S.H.C.S; SILVA, R.H.A. Atendimento a pacientes especiais: reflexão sobre os aspectos éticos e legais. **Rev Fac Odontol Lins.** v.17, n.1, p.49-53, 2005.

POPE, C., MAYS, N. Reachind the parts other methods cannot reach: na introduction to qualitative methods in heath and service researsh. **British Medical Journal**, n.311, p.42-45, 1995.

PUCCA, Júnior G. A Política nacional de saúde bucal como demanda nacional. **Ciências Saúde Coletiva.** v.11, n.1, p.243-46, 2006.

RODRIGUES, David. A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas. **Rev. da Educação Física/ UEM Maringá**, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

SANTOS, Ana Amélia das Graças *et al.* A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas públicas. **Revista Acadêmica da FACECA – RAF**, v.1, n.8, Jan/Dez.2010.

SANTOS, Valdeci. O que é e como fazer “revisão da literatura” Na pesquisa teológica. **Revista Fides Reformata XVII**, São Paulo, v.4, n.1, p.89-104, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia.** São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2003.

SILVA, F.T; GONÇALVES, E.A.V; ALVARENGA, K.F. Inclusão no ensino regular: revisão da literatura. **J Soc Bras Fonoaudiol.** v.24, n.1, p.96-103, 2012.

VADE MECUM. **Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos e Livia Céspedes.** 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENTURINI, O.R.G., RODRIGUES, M.B., MATOS, G.D., ZANELA, L.A., JÚNIOR, P.L.R., PAULA, R.R.G., CUNHA, S.A., FILHO, M.L.M. A importância da inclusão nas aulas de Educação Física escolar. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 15, nº 147, 2010.

ZARTH, Ana Paula.SIQUEIRA, Patrícia Carlesso Marcelino.LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. **O Profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão.**2008. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 122. Matéria pública no site <http://www.efdeportes.com/efd122/profissional-de-educacao-fisica-e-processo-de->